

COMISSÃO ESPECIAL

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2.307, DE 2007

Apensados: PL 2.546/2007, PL 2.604/2007, PL 2.753/2008, PL 5.853/2009, PL 4.553/2012, PL 6.248/2013, PL 6.975/2013, PL 1.457/2015, PL 1.954/2015, PL 4.596/2016, PL 7.186/2017, PL 7.189/2017, PL 7.334/2017, PL 7.664/2017, PL 7.853/2017, PL 3.149/2019, PL 3.120/2021, PL 4.373/2024, PL 4.625/2024, PL 4.814/2025, PL 4.835/2025, PL 4.837/2025, PL 4.856/2025, PL 4.860/2025, PL 4.876/2025, PL 4.877/2025, PL 4.890/2025, PL 4.891/2025, PL 4.901/2025, PL 4.912/2025, PL 4.928/2025, PL 4.938/2025, PL 4.939/2025, PL 4.943/2025, PL 4.953/2025, PL 4.956/2025, PL 4.958/2025, PL 4.961/2025, PL 4.976/2025, PL 4.977/2025, PL 4.978/2025, PL 4.986/2025, PL 4.993/2025, PL 4.994/2025, PL 5.014/2025, PL 5.015/2025, PL 5.017/2025, PL 5.032/2025, PL 5.037/2025, PL 5.047/2025, PL 5.063/2025, PL 5.108/2025, PL 5.119/2025, PL 5.219/2025, PL 5.265/2025, PL 5.266/2025, PL 5.291/2025, PL 5.310/2025, PL 5.322/2025, PL 5.379/2025, PL 5.381/2025.

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, para criar o crime de posse de artefatos e embalagens para falsificação de bebidas e produtos alimentícios; criar a qualificadora para o resultado morte e lesão corporal grave no crime previsto no art. 272 e estabelecê-la como crime hediondo; altera a Lei n.º 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e altera a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de posse de artefatos e embalagens para falsificação de bebidas e produtos alimentícios; criar a qualificadora para o resultado morte no crime previsto no art. 272 e estabelecê-la como crime hediondo.



Art. 2º O art. 272 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou bebidas, produtos alimentícios e suplementos alimentares

Art. 272 - Corromper, adulterar, falsificar ou alterar substância ou produto alimentício, incluindo bebidas e suplementos alimentares, destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo da pena correspondente ao dano.

§ 1º - Está sujeito às mesmas penas quem falsifica, corrompe, adultera ou altera cosméticos e saneantes.

§ 1º-A - Incorre nas penas deste artigo quem fabrica, vende, expõe à venda, em meio físico ou eletrônico, importa, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo a bebida, alimento ou suplemento alimentar corrompido ou adulterado.

§2º - A pena é aumentada de metade, se da conduta resulta lesão corporal grave ou gravíssima, nos termos dos §§1º e 2º do art. 129 deste Código.

§3º - Se resulta a morte: Pena – reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e multa.

§ 4º - Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

§5º - A condenação, por conduta dolosa, resulta em proibição total do exercício de atividades



relacionadas à compra, venda, distribuição ou ao depósito de bebidas, produtos alimentícios ou suplementos alimentares pela pessoa física e pela pessoa jurídica utilizada como meio para a prática das condutas descritas no *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 3º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Posse de artefatos e embalagens para falsificação de bebidas, alimentos e suplementos alimentares

Art. 272-A - Fabricar, adquirir, possuir, guardar, transportar, oferecer ou de qualquer modo manter sob sua responsabilidade substâncias, rótulos, embalagens, tampas, selos, maquinários ou instrumentos destinados à falsificação, corrupção, alteração ou adulteração de qualquer dos produtos referidos no artigo anterior, com a finalidade de comercialização ou obter vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§1º Incorre nas mesmas penas quem, com o mesmo propósito, alicia, financia ou auxilia na preparação de meios para falsificar bebidas, alimentos ou suplementos alimentares, seja em meio físico ou eletrônico.

§2º A pena é aplicada em dobro se o agente é reincidente ou exerce atividade comercial no ramo alimentício.”

Art. 4º O art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:



“Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais

Art. 273

-

.....

§1º-A - Incluem-se entre os produtos a que se refere este artigo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos e os de uso em diagnóstico.

.....” (NR)

Art. 5º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 1º

.....

XIII - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios, incluindo bebidas e suplementos alimentares, qualificado pelo resultado morte ou lesão corporal grave (art. 272, §§2º e 3º).

(NR)

Art. 6º O art. 1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

Pena: reclusão, de dois a cinco anos.” (NR)

Art. 7º O art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do seguinte inciso:



“Art. 33 -

.....
VII – bebidas alcoólicas, em todas as suas
apresentações comerciais, que sejam
acondicionadas em embalagens de vidro de uso
único e exclusivo.

.....” (NR)

Art. 8º Acrescenta o artigo 36-A à Lei nº 12.305, de 2 de agosto
de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com a seguinte redação:

“Art. 36-A. O Poder Público poderá, sob
coordenação do Ministério da Justiça e Segurança
Pública, criar sistemas de rastreamento que
permitam o acompanhamento da produção,
circulação e destinação final de bebidas alcólicas e
outros produtos classificados como sensíveis em
regulamentação própria.”

Art. 9º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar
acrescida do seguinte artigo:

“Art. 68-H O revendedor varejista de combustíveis
automotivos deve assegurar que o consumidor
tenha informação adequada, clara, ostensiva e
atualizada da origem dos combustíveis
comercializados, não podendo exibir a marca e
identificação visual de determinada empresa
distribuidora de combustíveis, caso opte por
comercializar combustíveis automotivos de
diferentes fornecedores, de forma a não confundir o
consumidor ou induzi-lo ao erro, garantindo os
direitos básicos do consumidor nos termos do inciso
IV do art. 6º da Lei 8.078, de 11 de setembro de
1990.”



Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 2025

Deputado KIKO CELEGUIM

Relator

Apresentação: 28/10/2025 19:15:07.930 - PLEN
PRLE 1 => PL 2307/2007

PRLE n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251644909600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim

